

Painel 4

TEORIA DA LITERATURA E LEITURA NA ESCOLA:

Caminhos e Descaminhos, Encontros e Desencontros.

Marisa Lajolo

Unicamp

Alguns dados. Nem todos. Sem conclusões. Para quem me aceita são inúteis ambos. Os curiosos terão prazer em descobrir minhas conclusões, confrontando obra e dados. Para quem me rejeita, trabalho perdido explicar o que, antes de ler, já não aceitou

Mário de Andrade

1

Talvez não seja inútil, para começo de conversa, indagarmos de nossos botões se se pode falar em teoria da literatura no singular. Se teoria da literatura não é, na realidade, plural, como plural são os anjos e os demônios de que nos fala a Bíblia. Acho que sim, que são teorias da literatura.

Assentado este primeiro ponto, resta também discutir se são as teorias da literatura que contribuem para uma teoria e uma prática da leitura ou se, ao contrário, a incorporação do ato de leitura

— concebido como prática coletiva patrocinada por instituições como a escola — nas reflexões sobre literatura não enriquece sua teoria. Aqui também concordo comigo mesma: acho que enriquece.

A meu ver, apesar de as teorias da literatura e as teorias da leitura não se cruzarem com muita frequência, o isolamento de suas respectivas formulações e de seus respectivos pesquisadores não decorre da natureza do objeto de que cada uma se ocupa, pois leitura e literatura constituem áreas limítrofes do fazer e do pensar humanos; constituem, respectivamente, uma atividade e um produto cultural que dependem mutuamente um do outro. E por assim se relacionarem seus objetos, teorias da literatura e teorias da leitura se poderiam iluminar mutuamente, não fossem os acidentes de percurso histórico de cada uma.

Ao se excluírem, teorias da literatura e teorias da leitura se empobrecem. Qualquer teoria da literatura, ao postular a existência do texto-em-si secciona-o da situação na qual ele existe de forma íntegra, amputa-o de sua manifestação plena, que só ocorre no decorrer e a partir da leitura. Mesmo nos casos já freqüentes a partir do século XIX, em que algumas teorias da literatura levam em conta as relações do texto com outras realidades que não a lingüística (dele, texto), o contrapeso da história, da sociologia ou psicologia convocadas costuma passar ao largo da leitura.

Por sua vez, ao se debruçarem sobre o ato de ler, as teorias da leitura costumam excluir de seu campo de interesse a natureza do objeto sobre o qual tal se exerce (o texto), concentrando sua atenção ora sobre procedimentos mecânicos envolvidos na leitura, ora sobre habilidades e operações mentais constitutivas da leitura; mas abstraem sempre, da reflexão sobre o ato de ler, a especificidade do objeto que deflagra a leitura, num processo inversamente paralelo ao dos teóricos da literatura, mas tão parcial como o deles.

II

Cada uma isoladamente e todas como conjunto, as teorias da literatura procedem de forma circular e tautológica no que

respeita à instituição de seu objeto; pois, ao propor-se como reflexão sistemática sobre determinados textos da tradição cultural de uma dada comunidade, qualquer teoria da literatura parte de uma interpretação através da qual aqueles textos (e não outros) são selecionados como constituindo seu objeto.

Assim, todas as teorias se ocupam de textos por elas mesmas instituídos como literários, e é a partir deles que formulam hipóteses e desenvolvem instrumental analítico através do qual seu objeto (os ditos textos e todos os outros que incorrem na abstração que em nome deles se faz e cujo conjunto se nomeia como literatura) é escrutinado. É nesta dinâmica que o gesto de origem (a instituição do objeto através de uma seleção de cunho interpretativo) submerge nos contornos de operações legitimadoras que pela via de estratégias descritivas acabam configurando um método e exercendo a função de legitimar retroativamente a interpretação inicial que instituiu tal ou qual texto como literário. isto é, como passível de ser submetido ao crivo da análise.

Tal procedimento acaba por reduzir as teorias da literatura à condição de disciplina metodologicamente viciada, uma vez que o recorte de seu objeto de dentro a massa de outros objetos (textos) que lhe são semelhantes, é marcado pelo subjetivismo interpretativo, uma vez que o rigor metodológico só pode exercer-se num momento posterior à instauração do *corpus* sobre o qual se constrói a teoria.

Todo o esforço de teorização da literatura corre, assim, o risco da redundância e da esterilidade. Todas as teorias estão condenadas a *dar certo*, exatamente pela tautologia de sua formulação; e condenam-se igualmente à circularidade, ou seja, encontram sempre no texto aquilo que nele vão buscar, pela simples razão de que os textos dos quais se ocupam foram eleitos como seu objeto exatamente por manifestarem os traços que, através de procedimentos analíticos, a teoria está apta a reconhecer.

Assim, o percurso de todas as teorias literárias passa por uma seleção interpretativa cujo arbítrio é imediatamente revestido de um constructo teórico e de um aparato metodológico que permitem erigir em categorias objetivas o que, na origem, foi seleção arbitrária. E posteriormente, esses elementos seletivamente

aprendidos, organizados em um constructo teórico e traduzidos em categorias objetivas não só passam a constituir o complexo e sutil arsenal que compõe e pelo qual se manifesta uma teoria da literatura e a prática de seus acólitos, como também fornecem critérios para a avaliação de textos como literariamente piores ou melhores e, no limite, como literários ou não literários.

Ao lado destes escolhos nos quais naufragam mesmo as mais abrangentes teorias da literatura, fica ainda o confinamento de suas reflexões ao confortável porém pouco estimulante espaço das manifestações literárias já realizadas. Face a este *corpus* cristalizado, o limite de atuação permitido é a reinterpretação do já interpretado ou — limite extremo de inovação — o resgate, para o elenco de textos sobre o qual se aplica um ou outro aparato crítico, de obras até então marginalizadas. No entanto, o mero fato de tais obras marginalizadas serem resgatáveis não implica que esse resgate desqualifique as demais. Reorganiza-as apenas, significando que as obras esquecidas pela história oficial guardaram intacto seu poder de imantação, apreensível por estratégias interpretativas diferentes daquelas através das quais a história oficial da literatura foi construída. Mas integram todas o campo magnético cujo pólo eram convenções e protocolos literários.

Assim, as teorias da literatura, mesmo e principalmente as de recorte mais científicizante, dão conta, no máximo, do fenômeno literário em suas manifestações passadas. As contemporâneas costumam lhe ser opacas e as futuras interditas. Nas vezes em que a teoria e a crítica se arrogaram o direito de prever a fortuna crítica de textos, antecipando o desaparecimento de certos gêneros ou prevendo a transformação de outros, a realidade da produção literária e da circulação de livros se encarregou de desmenti-la.

III

Em nossos dias, a ambição de formular uma teoria da literatura que dê conta da natureza do texto literário costuma ser vista como apanágio de teóricos e críticos formalistas. Tais teorias formalistas, no entanto, apenas exacerbam — e o fazem de maneira

transparente e por isso mesmo facilmente refutável — a vontade de identificação e hierarquização dos elementos que garantem a um texto o estatuto de literatura, presente menos ou mais explicitamente em todas as teorias.

A fragilidade das teorias literárias de cunho formalista não decorre, assim, da propriedade maior ou menor dos elementos aos quais elas atribuem a literariedade ou não literariedade de um texto, nem das categorias convocadas para seu posterior escrutínio, nem tampouco do fato de que mais do que outras teorias elas reduzem o texto literário a unicamente um extrato.

Em vez disso, sua fragilidade talvez resida no fato de que a amputação que estas teorias de cunho formalista operam no texto desnuda um procedimento redutor que, embora igualmente presente no constructo e na metodologia de teorias de outras extrações, fica nestas outras menos cruamente exposto.

Assim, a tensão que as teorias formalistas instaura(ra)m no discurso das teorias da literatura parece decorrer menos da ruptura que produziram na tradição impressionista e mais da nitidez sem rebuços com que se entregam ao trabalho de formalização, à multiplicação de categorias, ao apego ao estatístico e ao conversível a gráficos.

A radicalidade desta formalização e desta categorização, no entanto, talvez encontre seu sentido numa metateoria que não considere fortuito o fato de as teorias formalistas surgirem no começo do século XX, ao cabo de uma sucessão de teorias que alterou a atribuição (chamada de reconhecimento) do específico literário ora à rígida satisfação de preceitos dos gêneros, ora a elementos da personalidade do escritor, ora à presença, no texto, da trilogia tainiana da raça, meio e momento. Posterior a tantas teorias, as formalistas — ao repetirem o tradicional recorte do texto literário dentro do universo de outros textos — pela nitidez de sua seleção, denunciam o gesto já gasto, explicitam sua inspiração redutora e tornam-se alvo fácil de críticas que não vêem, no outro, o reflexo de sua própria imagem.

Por outro lado, mesmo tendo renunciado ao aparato de erudição que acompanhava algumas teorias da literatura anteriores ao século XIX e a partir de então adotando uma postura interpreta-

tiva face ao texto, as teorias literárias não renunciaram à ambição de universalidade. E aliás, nem o pederiam, sem renunciar igualmente à ambição de rigor. Objetividade e universalidade, sabe-se, acompanham a elaboração de constructos teóricos na tradição ocidental de recorte cartesiano.

Curiosamente, no entanto, e ao contrário do que sucede com teorias que dizem respeito a recortes do mundo físico, as teorias da literatura, por mais que incluam a universalidade em suas formulações — quer como requisito das obras, quer como amplitude de suas asserções — não parecem patrocinar, ao longo de seu percurso, aproximações progressivas de seu objeto: as teorias da literatura não mantêm entre si uma relação de correção de percurso. Muito embora o diálogo entre elas, teorias, seja constante, a cada uma delas seu objeto — o texto literário — se refaz. E quando cada uma delas, ao refazer seu objeto, desqualifica o que dele vinha sendo anteriormente dito, esta desqualificação preserva, não obstante, o estatuto teórico do discurso com o qual dialoga.

Conseqüentemente, a expectativa que se alimenta é a de que, tão díspares e irreduzíveis entre si são as teorias e os acessos que elas facultam a seu objeto ao instaurá-lo, que seria de se esperar que cada uma construísse e analisasse um objeto diferente.

Mas não é, surpreendentemente, o que ocorre. Assim como todos os caminhos (dizem) levam a Roma, todas as teorias levam às obras-primas. Tal coincidência se torna sobremaneira instigante quando refletimos sobre teorias que privilegiando em seu enfoque da literatura elementos tão diferentes como a retórica, a história, a sociologia ou a psicanálise, terminam todas por ancorar igualmente em Balzac, Flaubert ou Proust, quando não em Dante e Homero. E nem as preocupa já encontrarem o porto coalhado com embarcações de outras bandeiras, mas idênticos propósitos; e a aventura teórico-crítica acaba numa alegre confraternização de iguais.

IV

Assim, sem jamais se ter constituído em um conjunto de

conceitos, sem jamais ter gerado uma doutrina que vá sistematicamente envolvendo a totalidade de seu objeto, não é de se estranhar que seja muito pequena a contribuição trazida pelas teorias da literatura para uma prática e uma teoria da leitura.

Sua influência na leitura escolar, por exemplo, reduz-se quase sempre a inspirar, remotamente, roteiros ou atividades de leitura, executados em sala de aula sob a batuta de um professor que via de regra desconhece a paternidade ilustre das atividades que, no contexto escolar, representam as convenções e os protocolos da leitura literária.

As teorias da literatura se fazem presentes no contexto escolar através de análises ou interpretações à maneira de obras e excertos. Quase sempre, as teorias que inspiraram roteiros, análises e interpretações tornam-se reconhecíveis apenas por alguns olhos, que identificam, na incorporação de um dado léxico, a teoria reduzida, diluída e rebaixada. Mas não obstante rebaixada e diluída, a teoria legítima, pela sonoridade acadêmica dos ecos que preserva, a filiação douta da leitura que patrocina.

A contribuição das teorias da literatura à prática escolar de leitura reduz-se, assim, à presença em manuais de figuras de linguagem a serem reconhecidas, a rótulos de função poética ou metalingüística a serem distribuídos, ou à justaposição de fatos e dados históricos a certas ocorrências formais "interpretando-as". Nestes procedimentos, o iniciado reconhece diluições da retórica clássica, do formalismo ou da sociologia da Literatura.

Da mesma forma, nos anos 70, a transformação da disciplina *Português em Comunicação e Expressão*, contemporânea da inclusão nas práticas escolares de quadrinização de narrativas, da incorporação a antologias escolares de textos jornalísticos e publicitários, da tolerância da escola face a textos não verbais, talvez documente o ingresso, na instituição escolar, de franjas semióticas, cuja maré (então em alta...) começou a banhar o remanso da escola.

A partir do momento em que começa a figurar com destaque, entre o elenco de teorias da literatura, a questão da recepção, as condições parecem favoráveis não tanto a que estas teorias da literatura se erijam em bases para uma tecnologia da leitura escolar, mas, ao contrário, para que a velha prática escolar da leitura ilumine as condições de existência da literatura.

Neste sentido, se é verdade que o texto não existe apenas em si, é verdade também que, por só ser plenamente em-outro, ele participa da natureza dos fenômenos da linguagem, cuja significação só emerge em situações de interlocução. Interlocução que, no caso do texto literário, só ocorre mediante a leitura e, mais especificamente, um determinado tipo de leitura. Aquela leitura, por exemplo, que permite reconhecer — independentemente de seu título — a condição de poema do "Poema tirado de uma notícia de jornal" de Manuel Bandeira.

Esta forma de conceber a literatura parece ter pontos de contacto com algumas vertentes bastante atuais da lingüística, redimensionando o parentesco entre os estudos da linguagem e os estudos da literatura inaugurado pelos filólogos, retomado pelos estilistas e confirmado pelos estruturalistas e formalistas.

Quem agora permite e mesmo fortalece o intercâmbio são as teorias interacionistas da linguagem, no contexto das quais as teorias do discurso redefinem as funções da lingüística, trazendo para o centro de suas elaborações o papel que os interlocutores desempenham na instauração do significado, a partir de protocolos que mutuamente aceitam e se outorgam. E talvez pelo fato de tais protocolos consistirem formulações ideológicas não explicitadas, eles se tenham invisibilizado aos olhos dos que se ocupam tanto de teoria da literatura quanto da teoria da leitura.

Por estar sempre interposto entre o leitor e o texto, o ato de leitura e as convenções que ele envolve quando se exerce sobre um texto a respeito do qual se nutrem expectativas (situacionais) de literariedade, se adelgaçam com muita facilidade, tornando praticamente invisíveis os protocolos através dos quais a interlocução de um leitor com um texto se torna literariamente menos ou mais

complexa, literariamente menos ou mais aceitável e, no limite, literária ou não literária.

É para a reflexão sobre a natureza, hierarquia e condições de estabelecimento de tais protocolos que a leitura literária, tal como a escola a patrocina, pode ser útil.

VI

Da mesma forma que os falantes de uma língua só podem atribuir significado a frases nesta língua por compartilharem de sua gramática, os leitores de literatura só podem atribuir significado literário às obras que lêem porque compartilham de certas atitudes, habilidades, normas, expectativas e conhecimentos que norteiam o sentido literário que se pode atribuir a um determinado texto. E certos textos, ao responderem adequadamente a tais atitudes, ao espicaçarem tais habilidades, ao satisfazerem tais normas e ao corresponderem a tais expectativas manifestam-se como literatura ficando o julgamento de seu valor menor ou maior como decorrência do modo (menos ou mais adequado) pelo qual tais requisitos são satisfeitos.

Admitir a existência de tais protocolos na leitura literária de um texto exige redefinição de **universalidade**, categoria como já vimos presente explícita ou implicitamente em quase todas as teorias da literatura. A partir da admissão dos protocolos de leitura literária, o máximo de universalidade possível é o dos valores daqueles que, por partilharem atitudes, habilidades, normas e expectativas, entendem-se entre si; e por compartilharem delas, e por entenderem-se entre si constituem o que S. Fish denomina **comunidades interpretativas**, cuja autoridade é responsável pela sanção de juízos de valor.

Tais comunidades interpretativas são, portanto, os grupos que ao mesmo tempo decifram, renovam e instauram as convenções da literatura, mesmo que através de um discurso e de uma prática ostensivamente voltados para a negação e destruição de protocolos e convenções, como foi, a seu tempo, o discurso dos românticos às voltas com as convenções clássicas ou, mais re-

centemente, o dos concretistas a braços com a tradição do verso linear.

Neste sentido, se a literatura é uma linguagem cujo significado é acionado a partir do domínio de um código específico, poderíamos pensar que este código, ou seja, estes horizontes de expectativa se atualizam de maneira diferente em diferentes círculos sociais.

Numa aproximação até certo ponto grosseira do caminho da sociolinguística, à semelhança de um língua cuja atualização fonética, morfológica, sintática e semântica se realiza por diferentes práticas em diferentes situações e semântica se realiza por diferentes práticas em diferentes situações e entre diferentes segmentos da comunidade, também na literatura ocorreria esta "distinção de registros", correspondendo sua variedade à variedade (muitas vezes superposta, simultânea, incontrollável) de horizontes de expectativa.

Neste contexto, à norma culta da língua, às suas modalidades dominantes corresponderiam os horizontes de expectativas responsáveis pela prática de leitura literária da comunidade interpretativa oficial. Concentrada em instituições — das Academias de Letras às Universidades — tal comunidade propõe o discurso modelar em que se fala de literatura. Nele se reconhecem as convenções que, por mais rarefeitas e naturalizadas que pareçam ser, por mais antípodas que sejam entre si, são reconhecíveis e balisam o campo no qual se constrói a linguagem com a qual fala quem fala de literatura.

Aos outros registros, não cultos, porém perfeitamente eficientes nas diferentes situações e entre os leitores e autores entre os quais eles ocorrem, correspondem outros horizontes de expectativas que configuram, por sua vez, práticas de leitura literária divergentes, rotuladas pela comunidade interpretativa oficial como **subliteratura, literatura popular, literatura infantil, literatura de massa**, etc. Adjetivação classificatória. Classificação desclassificatória: privilegia um tipo de leitura que, erigido em norma, proscree todos os outros, proscreevendo de roldão os objetos sobre os quais tais leituras outras se realizam.

A importância dos protocolos de leitura envolvidos no esta-

belecimento de um texto como literário ou não literário é grande, porque, no caso das teorias da literatura, a natureza da relação do sujeito (o teórico, o pensador, o crítico, o professor) com seu objeto de estudo o(s) texto(s) não é de contemplação transparente e objetiva.

Ao contemplar seu objeto, o observador contempla, na realidade, sua figuração do objeto, numa relação de solidariedade muito semelhante à do antropólogo face a seu objeto de estudo. Ao invés da lâmina cristalina que com certos descontos se pode creditar ao processo no qual o biólogo ou o químico produzem seu conhecimento, o pesquisador de ciências humanas contempla-se a si mesmo, incluído que está em seu objeto. Além disso, contempla-se contemplando e contemplado, num *mise en abyme* que, quanto mais dialético for, mais próximo parece estar da relação possível com o objeto da reflexão sobre literatura: o texto, que não tem em si, mas somente em outro.

VII

Por todas estas razões, e por mais que isto contradiga expectativas otimistas, há que renunciar à tentadora hipótese de que das teorias da literatura venham luzes – quer sob a forma de metodologias, quer sob a forma de conjunto de doutrinas – que resolvam o impasse que parece manifestar-se na prática escolar da leitura, tida, em geral, por insatisfatória.

Em vez disso, refletir sobre esta prática, esmiuçando o porquê de ela ser insatisfatória parece um caminho promissor para abordar o desencontro de expectativas, inevitável numa sociedade como a nossa, em que a história da leitura literária se confunde com a história do poder.

VIII

Se é verdade que cumpre à escola como instituição iniciar sua clientela nos valores e nas práticas culturais dominantes (valo-

res e práticas, inclusive já interiorizados pela inculcação ideológica, da qual a escola não é o único agente) é função dela, frente à sua clientela heterogênea e frente a heterogêneos protocolos de leitura iniciar seus alunos, por exemplo, nos protocolos mediante os quais se consideram certos textos como literários.

Nessa perspectiva, cabe à escola promover a substituição de certos protocolos por outros, cada vez mais semelhantes àqueles que emanam dos círculos centrais da comunidade interpretativa oficial.

Por outro lado, a formulação de teorias da literatura é apanágio de esferas especializadas da cultura dominante e portanto a iniciação nelas, de sujeitos oriundos e participantes de outras formações culturais pode constituir uma violência, principalmente se fizer *tabula rasa* de suas experiências prévias e das imagens de leitura e literatura que alimentam.

Talvez por isso é que, como já se viu, os reflexos das teorias da literatura que se manifestam na esfera escolar são diluições e generalidades, que se manifestam através de roteiros de leitura e similares que desfiguram as teorias, tornando a prática de leitura uma aplicação mecânica de expedientes de desmontagem.

O resultado deste estado de coisas é que a prática de leitura patrocinada pela escola tanto se distancia da interpretação dos círculos próximos das comunidades interpretativas (interpretação complexa porque dialoga com várias outras interpretações daquela mesma e de outras obras) quanto se afasta de uma interpretação mais intuitiva e ingênua, espontânea do professor e do aluno (interpretação menos complexa porque dialoga apenas, digamos, por exemplo, com as experiências emocionais de um leitor não iniciado e que, no máximo, domina fragmentos do jargão crítico o qual, no limite, incorpora os protocolos da leitura literária).

Se, ao contrário, em vez de patrocinar roteiros de leitura inspirados nesta ou naquela teoria, a prática de leitura escolar centralizar sua reflexão sobre o ato concreto de leitura em curso no espaço das quatro paredes da sala de aula, e sobre as interpretações que dele derivam (inclusive as cifradas nos roteiros e atividades em que é pródigo o material didático e pára-didático destinado a atividades de leitura) aa chances de eficiência talvez aumen-

tem, entendendo-se por eficiência à transformação da leitura num ato autêntico de instauração de significado.

Eficiência dupla.

Em primeiro lugar, explicita as regras do jogo camufladas nos objetivos que a escola atribui à literatura presente no currículo de 1ª e 2ª graus; e, explicitando-as, deixa mestres e discípulos menos alienados do que fazem, quando fazem alguma coisa em nome da literatura.

Em segundo lugar, devolve aos canais competentes — as comunidades interpretativas — a imagem de literatura que deles emana. E devolvendo-a deformada e quase irreconhecível pelas sucessivas adaptações e reduções que lhe imprime o longo percurso que cumpre até atingir a escola de 1ª e 2ª graus, talvez crie condições objetivas para que, repensando sua prática, os que se ocupam de teorias literárias o façam levando em conta também as práticas sociais nas quais circula o objeto de que se ocupam: o texto literário.